

RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.429 - SP (2019/0066789-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : NIVALDO MESSIAS DOS SANTOS
ADVOGADOS : NEY SANTOS BARROS - SP012305
GUILHERME COSTA CURSINO KONO - SP293070
EDUARDO VIDAL VIOLA - SP201380
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. INTIMAÇÃO DO AGRAVANTE PARA COMPLEMENTAR O RECURSO. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL/STJ. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

ACIDENTE DO TRABALHO - Agravo de Instrumento - Ausência de peças essenciais ao conhecimento do recurso (art. 525, I e II, CPC). NÃO CONHECIMENTO. A instrução do agravo de instrumento é ônus que incumbe ao agravante o qual, ao deixar de carrear as peças obrigatórias ou as essenciais ao exame da matéria fática, impossibilita o conhecimento do recurso, por deficiência de instrução. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente aponta ofensa aos arts. 525 e 535 do CPC/73, alegando, em síntese, que: (a) o acórdão recorrido manteve-se omissivo, mesmo após a oposição de embargos de declaração; (b) a ausência de peças necessárias à compreensão da controvérsia não enseja o não conhecimento do agravo de instrumento, sendo necessária a intimação do agravante para efetuar a juntada de tais peças.

O recurso foi admitido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 2, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem não conheceu do agravo de instrumento, porquanto não formado com peças necessárias à exata compreensão da controvérsia.

Não obstante tal entendimento, a Corte Especial/STJ, ao apreciar o REsp 1.102.467/RJ, aplicando o regime dos recursos repetitivos, pacificou entendimento no sentido de que a ausência de juntada de peças necessárias à compreensão da controvérsia não enseja a inadmissão liminar do agravo de instrumento, devendo-se oportunizar ao agravante a complementação do instrumento.

Ressalte-se que o resultado do julgamento foi publicado no Informativo 496/STJ, nos seguintes termos:

REPETITIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS FACULTATIVAS.

A Corte, ao rever seu posicionamento – sob o regime do art. 543-C do CPC e Res. n. 8/2008-STJ –, firmou o entendimento de que a ausência de peças facultativas no ato de interposição do agravo de instrumento, ou seja, aquelas consideradas necessárias à compreensão da controvérsia (art. 525, II, do CPC), não enseja a inadmissão liminar do recurso. Segundo se afirmou, deve ser oportunizada ao agravante a complementação do instrumento. **REsp 1.102.467-RJ, Rel. Min. Massami Uyeda, julgado em 2/5/2012.**

O respectivo acórdão foi assim ementado:

RECURSO ESPECIAL - OFENSA AO ART. 535 DO CPC - INEXISTÊNCIA - MULTA APLICADA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AFASTAMENTO - NECESSIDADE - ENUNCIADO 98 DA SÚMULA/ STJ - MATÉRIA AFETADA COMO REPRESENTATIVA DA CONTROVÉRSIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO ARTIGO 522 DO CPC - PEÇAS NECESSÁRIAS PARA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA - OPORTUNIDADE PARA REGULARIZAÇÃO DO INSTRUMENTO - NECESSIDADE - RECURSO PROVIDO.

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não verificados, in casu.

2. Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

3. Para fins do artigo 543-C do CPC, consolida-se a tese de que: no agravo do artigo 522 do CPC, entendendo o Julgador ausente peças necessárias para a compreensão da controvérsia, deverá ser indicado quais são elas, para que o recorrente complemente o instrumento.

4. Recurso provido.

(REsp 1.102.467/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe de 29.8.2012)

Em razão da especial eficácia vinculativa de tal acórdão, impõe-se o provimento do presente recurso, para se anular o acórdão recorrido determinando seja proferido novo

julgamento, após efetuada a intimação do agravante para complementar a formação do instrumento.

Diante do exposto, com base no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

